



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 027/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, as 09h e 35min (nove horas e
8 trinta e cinco minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 –
9 6º andar, a tricentésima quinquagésima sexta reunião do Conselho de Administração do
10 PREVIMPA. Presidiram a Mesa os Conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como
11 Presidente e Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os
12 conselheiros titulares: Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José
13 Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel
14 da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Mário Fernando
15 Antônio da Silva, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum e os
16 conselheiros suplentes: Adriana Nunes Paltian, José Marcelino Heck e Manuel Roberto
17 Escobar. Justificou ausência o conselheiro: Alexandre Dias Abreu. Aberta a sessão, o
18 Presidente solicitou a leitura da Ata nº 026 da sessão do dia 04/09/12 e em ato contínuo
19 colocou-a em discussão. O conselheiro Rigotti solicitou a correção da linha 48, onde
20 constou o percentual de 70% o correto é 30%, e em não havendo outras manifestações a
21 Ata foi aprovada. Logo a seguir foi disponibilizado espaço aos conselheiros para
22 apresentação de informes. O conselheiro Gilmar informa que foi publicado no DOPA do
23 dia 06/09/2012, o resultado das eleições dos Conselhos de Administração e Fiscal,
24 conforme Mapa de Apuração de votos de 04/09/2012, constante no processo administrativo
25 nº 009.001802.12.7. O número de votos recepcionados foi 8.566; sendo que o quórum
26 mínimo nos termos da legislação vigente era 5.844. Referente a apuração a votação para os
27 servidores do Executivo foi de 8.312; sendo destes: votos na Chapa 1 = 7.319; votos nulos
28 = 309; votos em branco = 684. A votação para os servidores do Legislativo totalizou 254
29 votos; sendo destes: votos na Chapa 1 = 142; votos na Chapa 2 = 105; votos nulos = 3 e
30 votos brancos = 4. O conselheiro informa ainda que o processo das eleições ainda está em
31 prazo de recurso e que provavelmente até dia 14/09 será finalizado e o resultado final
32 repassado a Direção Geral para as devidas providências. O Presidente, diante as
33 informações do conselheiro Gilmar, questiona ao conselheiro e diretor-geral Rigotti se já
34 tem uma previsão de quando será a posse dos novos Conselheiros. Sendo respondido pelo
35 conselheiro Rigotti que provavelmente na reunião do dia 25/09 os novos Conselheiros
36 tomarão posse, o conselheiro informou que já agendou uma reunião com o Legislativo para
37 indicação de um conselheiro titular e um suplente. A conselheira Maris lembra ao
38 Colegiado que dia 13/09 às 14h30min na Sede do SIMPA ocorrerá o 1º encontro estadual
39 de aposentados do serviço público, ressalta que este encontro está sendo realizado em
40 conjunto com o Governo do Estado. O conselheiro Mário informa que dia 12/09 às
41 09h30min na sala Salzano Vieira da Cunha – 3º andar da Assembleia Legislativa
42 acontecerá uma Audiência Pública sobre os convênios do IPE/SAÚDE com Prefeituras,
43 clínicas e laboratórios e sobre o credenciamento de novos médicos. A conselheira Fatima
44 reporta-se a fala do conselheiro Gilmar quando este trouxe informações dos resultados da
45 eleição do Conselho de Administração e Fiscal, frisando que o processo eleitoral ainda é
46 bastante arcaico, feito ainda de forma primitiva. Consta que o PREVIMPA entrou em

47 contato com a PROCEMPA no sentido de agilizar um processo mais moderno, porém não
48 obteve êxito. A conselheira diz ainda que durante o processo eleitoral, os candidatos
49 realizaram campanha junto as Secretarias e percebeu-se a dificuldade de chegar os votos
50 até os colegas, muitos sequer sabiam do processo eleitoral e outros não receberam os
51 envelopes. Ressalta que é um desafio importante insistir na construção de um processo
52 mais ágil e participativo, embora o voto não seja obrigatório é de fundamental importância
53 a participação de todos. Lamenta a falta de empenho dos RHs das Secretarias e da SMA.
54 Salaria que a SMA é que detém o domínio do correio eletrônico e fez apenas três
55 comunicados, sendo que o apoio maior recebido foi do SIMPA. O conselheiro Mário
56 corrobora com a conselheira Fatima e enfatiza que o processo pode ser melhorado. Sugere
57 que logo após a posse dos novos conselheiros seja constituída uma Comissão para
58 trabalhar junto com a Direção Geral na questão de ter um processo eleitoral de forma mais
59 eficiente, pois embora tendo um número significativo de votos, foram muitas as
60 reclamações. O conselheiro Gilmar lembra que a forma do processo eleitoral já foi pior,
61 porém ainda há uma grande falta de comprometimento dos RHs das Secretarias e da SMA,
62 diz que em certos momentos teve de se envolver o Gabinete, por fim diz que também
63 houve dificuldades da própria Comissão Eleitoral. Ressalta que o processo de votação
64 eletrônica ainda não aconteceu por falta de empenho da PROCEMPA. O conselheiro
65 Rigotti registra um elogio público pelo esforço dos servidores: Gilmar Cardozo dos Santos,
66 Antonio Renato Marroni e Nara Debortoli, membros da Comissão Eleitoral dos Conselhos
67 de Administração e Fiscal - biênio 2012/2014, bem como de outros servidores do
68 PREVIMPA. Ressalta que se surpreendeu positivamente em relação ao número de votos.
69 Por fim o conselheiro diz esperar que a Comissão faça um relato do que aconteceu e que as
70 sugestões dadas por este Conselho possam ser trabalhadas e encaminhadas. A conselheira
71 Fatima reporta-se a reunião da semana passada, onde foi deliberado que fosse enviada por
72 e-mail a todos os Conselheiros a planilha de acompanhamento de processos judiciais que
73 tramitam na ASSEJUR, diz que houve questionamento por parte de um conselheiro quanto
74 ao sigilo das informações, a conselheira diz que todos os documentos são públicos e que
75 qualquer informação que é disponibilizada em função do atendimento de deliberações, só
76 pode ser utilizada no interesse do Conselho e do Departamento. O Presidente informa que
77 no dia 10/09/12 foi aprovado na CMPA o projeto de Lei que estende aos médicos
78 aposentados o direito a GIM. O conselheiro Rigotti complementa a informação dizendo
79 que a Lei só está corrigindo a Lei anterior que concedeu esta gratificação aos médicos sem
80 prever a concessão aos aposentados. Na seqüência passou-se ao primeiro ponto da ordem
81 do dia. O colegiado recebe a visita da atuária Aline, a qual traz o retorno da reunião
82 realizada dia 10/09/2012 com a empresa CSM que efetuou o cálculo atuarial de 2011.
83 Aline informa que além dela, participaram da reunião o conselheiro Rigotti e os Srs. Joel e
84 Francisco da CSM. Ao introduzir o assunto, o conselheiro Rigotti fala em relação às
85 diferenças entre o cálculo do ano passado e o deste ano, imediatamente os representantes
86 da empresa entregaram um CD com os questionamentos solicitados na correspondência
87 enviada, e disseram que foram analisados os dois DRAAs que estavam cadastrados e
88 verificaram que alguns parâmetros foram alterados. Responderam ainda que não é possível
89 comparar um cálculo com outro se os parâmetros foram alterados. Rigotti diz que foram
90 mudados alguns parâmetros após discussões com a atuária, direção e a empresa que estava
91 realizando o cálculo, de forma a buscar uma linha mais conservadora. Aline pondera que
92 foram dois parâmetros que foram alterados e que estes não iriam aumentar o déficit e sim
93 reduzi-lo. Aline diz que quando verificado de forma geral o material deixado pela empresa,
94 vê que os dados não fecham com o DRAA que está cadastrado, diante disto solicita mais

95 um tempo para analisar o material de maneira a esclarecer os dados e após dar um retorno
96 mais preciso. Rigotti diz que entrou em contato com a CEF questionando o cálculo por eles
97 realizado e ainda não obteve retorno. O Presidente diz que lhe chama atenção os resultados
98 apresentados pela CSM que estão muito parecidos com os da empresa anterior e bastante
99 destoados do atual. O conselheiro Rigotti diz que gostaria que fosse ao contrário, que os
100 resultados deste ano é que estivessem errados, mas está tendo a convicção de que o deste
101 ano está certo, fato que ressalta a importância de reforçar a equipe de atuários do
102 Departamento. O conselheiro Francisco sugere que quando Aline e Rigotti falam que
103 alterou critérios que seja dito que houve mudança de critérios e corrobora quando Rigotti
104 diz que tem que reforçar a equipe e trabalhar daqui para frente. Aline disse que em relação
105 aos critérios não foram todos que foram alterados, foram apenas dois itens, sendo que 80%
106 dos critérios continuaram os mesmos. A conselheira Adriana questiona se a ideia é não
107 mais licitar e realizar os cálculos internamente e se para isto será necessário adquirir um
108 programa específico, questiona ainda quanto à alíquota complementar. O conselheiro
109 Rigotti responde que a ideia é que o próximo cálculo seja feito no Departamento e que não
110 precisa de nenhum programa específico, no que diz respeito à alíquota complementar diz
111 que está lançada no orçamento e que já tem o comprometimento do executivo em
112 encaminhar o Projeto de Lei para a alíquota suplementar até o final do ano. O Presidente
113 propõe que o Colegiado aguarde a análise da atuária para propor encaminhamento. O
114 conselheiro Francisco concorda em parte, mas pensa que deva se estabelecer um prazo para
115 que se identifique o que aconteceu. O Presidente questiona ao conselheiro Rigotti qual
116 seria o tempo para conclusão dos trabalhos. O conselheiro responde que em torno de 90
117 dias (prazo findo dez/12). A conselheira Maris questiona se a alíquota suplementar mais
118 tarde não corre o risco de ser dividida com o servidor e se esta alíquota influencia no
119 cálculo normal. O conselheiro Rigotti diz que a alíquota suplementar refere-se ao período
120 anterior de contribuição que o servidor traz, e que este tempo não entra no cálculo normal,
121 sendo que a alíquota suplementar deve ser paga pelo Ente. O cálculo atuarial deve observar
122 a alíquota normal se esta aumentar aí poderá ser dividida entre o servidor, exemplifica
123 dizendo que se o perfil do servidor mudar, ou seja, se entrar muita gente de uma
124 determinada categoria, aí poderá mudar o cálculo normal. A conselheira Fatima destaca
125 que as gratificações concedidas neste ano impactarão no próximo cálculo atuarial. O
126 conselheiro Rigotti enfatiza que só a folha de aposentados deste ano aumentou 18%. O
127 Presidente diz que se tiver um cadastro de servidor mais eficiente, tende a ter um cálculo
128 mais preciso. O conselheiro Rigotti diz que o cadastro nacional dos RPPS será fundamental
129 e que dentro dos próximos anos terá uma grande Câmara de Compensação entre Regimes
130 Próprios e Regime Geral melhorando o sistema de compensação. O Conselheiro Marcelino
131 diz que vê que a grande dificuldade é das empresas virem até o Departamento e abrir as
132 variáveis utilizadas. O conselheiro Francisco diz que se houver um ingresso maciço de
133 jovens, provavelmente o cálculo atuarial será afetado, melhorando a situação. Questiona se
134 após o Ente ter assumido déficit e houver outro cálculo que melhore a situação como fica a
135 contabilização. Aline diz que esse é um dos motivos pelos quais as avaliações devem ser
136 feitas anualmente, e que qualquer modificação deve ter uma justificativa, ocorrendo a
137 respectiva reformulação contábil. O conselheiro Rigotti explica que quando se chega a
138 conclusão de que o cenário mudou será trabalhado daí para frente, e que a suplementar
139 existe para equilibrar o sistema. Salienta que para este ano já foi feito o pedido da
140 suplementar e já está no orçamento, caso no próximo ano haja nova alteração será feita
141 outra Lei. O conselheiro Brum reporta-se ao que o conselheiro Rigotti falou quando se
142 referia a inconsistências que existiam no Cadastro e que nem sabiam que eram

